

ACTA DA 22ª REUNIÃO DA CT MEO

13 de Novembro de 2024 – Vila Nova de Famalicão

PRESENCAS

Jorge Pinto, Ana Patrícia, Francisco Gonçalves, Rui Pedro Moreira, Fernando Patrício, Isabela Mendes Vítor Correia, Ivo Gomes, Fernando Costa, Carlos Barros, Vitor Silva, Artur Silva

AUSENCIAS

Sérgio Pato, Jaquelina Brito, Anabela Ramos, Maria José Cardoso

ORDEM DE TRABALHOS

- Votação da ata da 21º reunião ordinária;
- Atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias e planeamento:
 - 3ª Mesa Redonda com Sindicatos.
 - Reunião com a CHRO.
 - Abaixo-Assinado para o Refeitório/Cantina em Picoas;
 - Agendamento da reunião com Presidente Executiva.
- Voz às SubCT de Braga, Famalicão e Viana do Castelo - Valença;
- Inquéritos: ACS, ACT e Teletrabalho;
- Posicionamento da CT face ao ACT 2025;
- Pareceres de Videovigilância;
- Mapa de Assiduidade;
- 30º aniversário da CT.

No dia 13 de Novembro de 2024, pelas 10h45m iniciou-se a vigésima terceira reunião ordinária da Comissão de Trabalhadores da MEO.

Após a apresentação da OT, por parte do Jorge Pinto, é indicado pelo Rui Moreira, caso exista tempo no final da reunião, saber qual a posição desta CT, tendo em conta de que o dono da empresa sendo judeu-israelita, em relação ao massacre na Palestina.

Como ponto prévio a pedido do Fernando Patrício, foi esclarecido de que esta reunião não teve acesso a link, para se assistir remotamente à reunião, uma vez que esta encontrava-se agendada como sendo reunião presencial por forma a dar-se voz às sub-CTs presentes. Não se conseguindo garantir o acesso via Teams não se garantiu a participação do membro Sérgio Pato. Face às dúvidas colocadas pelo Fernando Patrício esclareceu-se que a empresa aceita a marcação de hotel, para o caso das reuniões serem descentralizadas, ficando à responsabilidade de cada um dos membros do coletivo o agendamento da mesma diretamente com a empresa.

Por não ter sido disponibilizada atempadamente a ata da reunião anterior não se procedeu à cotação da ata da reunião anterior pelo que se deu seguimento para o ponto seguinte.

Relativamente às atividades dos elementos da CT entre reuniões ordinárias, Jorge Pinto esclarece que da mesa-redonda efetuada com os sindicatos, onde estiveram presentes

todos os sindicatos à exceção do STT e a Federação dos Engenheiros. Nessa reunião falou-se sobre o estado atual da empresa, das negociações do ACT, do relacionamento entre a CT e os sindicatos tendo ficado aberta a porta para se realizarem outras futuramente. Foi reunião proveitosa onde apenas estiveram presentes os membros do secretariado.

Da reunião com a CHRO, onde a OT era bastante alargada, foi apresentado o resultado do inquérito relativo ao teletrabalho. Este inquérito foi efetuado pela Microsoft onde se garantiu apenas uma resposta por trabalhador. Foi questionado o tema da operação Picoas uma vez que ainda não existe resultado da auditoria efetuada. Abordou-se também sobre o FGT, que tem disponível 500 mil euros, onde um conjunto de trabalhadores se juntou e efetuou um abaixo-assinado para se abrir uma nova cantina/espço refeições em Picoas. Nesta reunião foi entregue este abaixo-assinado onde continha perto de 1500 assinaturas. Ambas as iniciativas foram apreciadas pela empresa.

Do agendamento da reunião com a presidente executiva, cujo agendamento já é do conhecimento do coletivo, sem nos ter sido apresentada qualquer OT. O Rui Moreira contesta por um lado não existir uma OT para esta reunião e por outro lado é a hora a que o agendamento está programado em virtude do tempo de deslocação dos membros não se encontrarem em Lisboa. Indica que a CT deveria manifestar repúdio sobre esta situação, até porque na mesma semana está agendada a Festa de Natal onde pressupõe duas deslocações a Lisboa na mesma semana.

Ainda em relação à reunião com a CHRO, o Rui Moreira de que sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres na empresa, é da opinião de que existem pessoas por detrás dos mapas e existem situações perfeitamente injustas e graves e que a CT deveria debruçar-se sobre este assunto e denunciar os casos que existem na empresa. Também se deveria abordar o tema do novo modelo de trabalho para 2025 em virtude de se perspetivar que irão existir pessoas que irão optar por “abandonar” a empresa tornando mais barato à empresa a dispensa desses trabalhadores. Segundo o Fernando Patrício as desigualdades não se prendem apenas à questão salarial, mas também no teletrabalho até porque os técnicos que não têm (nem nunca tiveram) essa possibilidade. Segundo o mesmo não notou nenhuma abertura da CHRO neste tema. Já em relação à componente salarial, a desigualdade não se abrange apenas entre homens e mulheres, mas entre trabalhadores que fazem precisamente as mesmas funções. Foi também esclarecido de que os primeiros assinantes do abaixo-assinado relativo à abertura da nova cantina/espço refeição foram vários elementos da CT e Sub-CT das Picoas. Francisco Gonçalves indicou que o 500 mil euro não se refere apenas a trabalhadores da MEO mas sim das várias empresas do Grupo. Fernando Patrício considera discriminação a verba do FGT ser apenas aplicado nesta obra, discriminando os restantes trabalhadores da empresa. Foi esclarecido pela Ana Patrícia de que todos os pedidos, que chegam à caixa de mail da CT, a darem iniciativas para se apresentar à empresa, mas que por colidirem com a função sindical, é respondido de que essa mesma iniciativa acaba por ser do âmbito da negociação do ACT cuja entidade responsável são os sindicatos. É encaminhado o link da intranet onde constam todas as entidades sindicais e aconselham-se os trabalhadores a sindicalizarem-se.

Ainda dentro deste ponto da OT, Rui Moreira indica que a Sub-CT do Porto Cidade decidiu fazer um teste e abrir as portas, todas as quartas-feiras, para receber os trabalhadores que pretendam ser esclarecidos de temas que precisem de ser debatidos. Esta abertura é da responsabilidade apenas desta Sub-CT. Em relação às reuniões com as Sub-CT's informa

que existem algumas com mais abertura que outras, que não tem sido fácil conseguirem agendar reuniões por falta de disponibilidade.

Francisco Gonçalves interpelou para indicar de que inicialmente este coletivo estava preocupado em que a empresa comparticipasse as despesas de teletrabalho aos trabalhadores e hoje já defende que as pessoas devem ficar em teletrabalho.

Dando Voz às Sub-CTs presentes, foi-nos transmitida preocupação com a situação em que se encontra a ACS, com a formação que aparece no portal e que os trabalhadores não a fazem. Relativamente à formação, informou-se que a DPE já tinha transmitido de que esta formação aparece a partir do momento em que se encontra disponível aos trabalhadores. Outro tema preocupante diz respeito às médias: tema relacionado com as médias das horas para que sejam contabilizadas no subsídio de férias e subsídio de Natal. Deveria ser um tema a ser tratado pela empresa e acabam por ser os trabalhadores a fazerem estes cálculos e remeter para os sindicatos. É indicado pela Ana Patrícia que quando a Empresa apresenta os mapas com as horas para ser assinado pela CT, nessa altura, é solicitar à Empresa se já foi efetuado o cálculo destas médias para refletir nos respetivos subsídios. Sugestão efetuada pelo Francisco Gonçalves passa por exigir à empresa as médias a que têm direito, de trabalho suplementar e horas noturnas, relativas ao ano anterior. Deveria haver uma melhoria dos espaços snack uma vez que se perspetiva que o retorno ao escritório em 2025 deveria haver uma reformulação das salas/espacos snack.

Passando para o ponto relativo aos inquéritos realizados, foi esclarecido de que para o inquérito realizado sobre a ACS não foi garantido o mesmo rigor dos outros inquéritos onde se garantiu apenas uma única resposta por trabalhador. Ainda assim, aquando da reunião com a DPE e a Diretora da ACS (com os sindicatos) tivemos oportunidade de apresentar este inquérito. Face a esta apresentação ficou o compromisso, por parte da ACS, de resposta pelo que quando se obtiver feedback o mesmo será encaminhado para os trabalhadores.

Relativamente ao inquérito sobre o ACT, tendo sido idêntico ao do ano de 2023, o feedback dos sindicatos, aquando da mesa-redonda, foi de que não faria sentido voltar a repetir para o próximo ano por não haver interesse e que acabava por criar divergências entre ambas as entidades (CT e sindicatos).

Sobre o inquérito sobre o teletrabalho, já partilhado no WhatsApp, consegue-se perceber pela adesão dos trabalhadores (43% de respostas), é massivo o interesse o tema do teletrabalho e demonstra-se que os trabalhadores entendem que tem de se regressar ao escritório, mas ainda assim a preferência da maioria passa por irem 2 vezes por semana ao escritório. De salientar de que este inquérito não teve pressão de ninguém. Segundo Jorge Pinto, da apresentação deste inquérito à CHRO, fica com a impressão de que a empresa irá olhar para este inquérito e poderá mudar. Já Ana Patricia indica que, caso a empresa não tome nenhuma iniciativa no sentido de reverter o que já se decidiu, o nível de respostas ao próximo inquérito de clima irá descer substancialmente – no que concerne à conciliação da vida pessoal com a profissional.

Jorge Pinto considera estes inquéritos uma ferramenta essencial para se conseguir que os trabalhadores consigam demonstrar qual o impacto que tem na vida pessoal de cada um. Até porque este inquérito (teletrabalho) surgiu de uma interação por mail de um trabalhador que lançou o desafio para a CT avançar com esta ideia. Francisco Gonçalves considera que este inquérito apenas orienta para a vertente de cada trabalhador individualmente e não

numa vertente de equipa e na defesa dos postos de trabalho. Fernando Patrício não compreende como é que a empresa decidiu alterar o modelo híbrido de 2 dias por semana para 3 dias por semana. Jorge Pinto esclarece que se trata de um *modus operandi* das várias grandes empresas tecnológicas. Fernando Patrício insiste que deverá existir um motivo forte para a empresa ter optado por estas alterações (nomeadamente poderá passar por a produtividade ter baixado). Jorge Pinto considera que existam trabalhadores que optem por sair de sua iniciativa própria face a estas alterações do modelo híbrido. Segundo Fernando Patricio acaba por ser um tema que nos leva aos RMA's onde a empresa está a contactar diretamente os trabalhadores a pressionar os trabalhadores para a aceitação das condições apresentadas. Fernando Patrício é da opinião de que a empresa faz-se prevalecer do facto dos trabalhadores estarem em teletrabalho, e não comunicarem uns com os outros, e desta forma decidir o que bem entende. Rui Moreira informa que existe várias pessoas, no Porto, a serem contactadas. É da opinião que o número de trabalhadores que a empresa apresentou estão muito aquém da realidade. A forma como os contactos são efetuados aos trabalhadores acaba por ser intimidadora e de uma forma secreta. Jorge Pinto indica que listas de pessoas dispensáveis sempre existiu e que as reduções estão a ser efetuadas por metas que têm de atingir por Direção.

Inquéritos anexados à presente ata.

Por falta de tempo para abordar todos os pontos da OT, irá passar para a próxima reunião os pontos relacionados com o posicionamento da CT sobre a negociação do ACT

Relativamente aos pareceres sobre videovigilância fica a nota sobre a falta de resposta das Sub-CTs relativo aos pedidos solicitados. Fernando Patrício, e Francisco Gonçalves, informam que já não é obrigatório solicitar o parecer da CT a partir do momento em que já não existe a obrigatoriedade do pedido de aprovação ao CNPD.

Jorge Pinto informa que irá remeter o mapa de assiduidade para o coletivo e apenas recomenda para os membros terem cuidado com o limite de faltas.

Relativamente ao último ponto da OT, é indicado pelo Jorge Pinto que em 2024 está a decorrer o 30º aniversário desta Comissão de Trabalhadores. Foi solicitado, à CHRO, apoio financeiro para este evento, o qual foi aceite. Encontra-se pré-agendada a data de 25/01/2025 por ser a data comemorativa do lançamento do 4G na TMN. O previsto é efetuar-se um evento com a possibilidade de ser transmitido, via Teams, para todos os trabalhadores. Irá contar com a presença da CEO e ser convidada a Ministra do Trabalho bem como o presidente da CM de Lisboa, já foram identificadas as 50 pessoas que já pertenceram às diversas CT's. Não está a ser pedido nenhum financiamento, mas sim apoio para a organização deste evento bem como patrocinasse algum brinde para oferecer aos convidados do evento. Rui Moreira adianta que nesse dia não poderá estar presente por motivos pessoais. Francisco Gonçalves também declina o convite em virtude da "forma como foi denegrida a sua imagem nas últimas eleições". Considera que, no mínimo deveriam ser convidados todos os membros das Sub-CTs.

Por falta de tempo já não houve oportunidade de se debater o ponto indicado no início da reunião pelo Rui Moreira dando-se por terminada a reunião.